

Para discorrer sobre educação financeira, ou seja, gerenciamento equilibrado de receitas, oportunidades e despesas, Brás Cubas, personagem machadiana, vem à tona: Brás, aos 15 anos, deita-se com a espanhola Marcela, que passa a extorquir-lhe dinheiro, num jogo de sedução a que o moço se rende, sem nenhuma preocupação com o fato de dilapidar as economias da família. Fora da ficção, a educação financeira é tema intrincado, uma vez que grande parte das pessoas gasta sem ter, enquanto outra gasta o que tem, sem pensar na necessária reserva. Em ambos os casos, vê-se no final da linha a possibilidade da inadimplência, o que vai comprometer as relações pessoais, comerciais e sociais durante um período que não se pode mensurar. Sem dúvida, quando o assunto envolve recursos financeiros e comportamento, a sociedade deve ser chamada para intervir.

Nesse sentido, anota-se que o gerenciamento dos gastos pessoais é condição para a preservação do nome, bem legalmente protegido – tanto é assim que a Constituição Federal trata dos direitos relativos às pessoas, entre os quais o nome, a liberdade, a imagem e o corpo. Dessa linha de raciocínio, infere-se que o nome é tão importante quanto a vida. Contudo, a exemplo do perdulário Brás Cubas, há quem não resista a um crédito facilitado e a um bom marketing, e, atendendo aos impulsos, gasta além do que o orçamento permite; há também quem consuma tudo o que o saldo permite, sem cogitar quaisquer emergências que possam demandar gastos extras. O caminho natural para ambas as situações é a inadimplência, com a conseqüente negativação do nome do devedor.

Depois desses episódios, resta ao devedor uma saída aparentemente fácil para recuperar não só o nome, como também o crédito: os empréstimos, a juros, sabidamente, altos. Acrescente-se que, não raro, os empréstimos se arrastam, comprometendo até, quando há, algum patrimônio do devedor – tudo isso graças à falta do que equilíbrio razoável para os três pilares essenciais, igualmente importantes, às relações de consumo, quais sejam: receita, oportunidade e despesa.

Assim, a educação financeira surge como condição para as boas relações pessoais, comerciais e sociais – e, quando se fala em educação, fica subentendida a necessidade da adoção de medidas não só urgentes, como também, e principalmente, preventivas. O MEC deve inserir no currículo escolar obrigatório disciplinas voltadas à educação financeira, ao longo de todo o ensino regular, por meio da mobilização das áreas exatas, a fim de que, desde cedo, a criança tenha noções de gerenciamento de gastos, cujas lições serão aproveitadas ao longo da vida. As famílias, por seu turno, devem manter o diálogo entre si, abrindo o orçamento e a calculadora, para a tomada de decisões sensatas.

*Por Gislaíne Buosi*

#### **Análise da estrutura dissertativa:**

Apresentação do tema, com repertório literário;

Síntese do 1º argumento – causas;

Síntese do 2º argumento – conseqüências;

Tese, que acena à proposta interventiva;

Desenvolvimento do 1º argumento, com retomada de repertório;

Desenvolvimento do 2º argumento;

Proposta de ação interventiva.